

Índice

Planeta-lixo	1
Ninguém pode ser obrigado a expressar aquilo em que não acredita.....	2
O governo britânico interroga-se porque tantas crianças mudam de sexo.....	3
"Ética en los conflictos de la Modernidad"	3

Planeta-lixo

Um mar de desperdícios. Ou uma terra. Um planeta no topo em termos de lixo, e do mais variado: plásticos, sucata, papel, pneus... É, para muitos, a imagem de um futuro caótico. Mas é também o presente.

Um recente [relatório do Banco Mundial](#), "What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050", adianta números sobre o problema: em 2016, produziram-se 2000 milhões de toneladas de desperdícios sólidos, 200 milhões a mais do que em 2013. Já se tratava de um problema grave, mas em 30 anos passou a sê-lo ainda mais: de acordo com o estudo, os resíduos alcançaram então os 3400 milhões de toneladas.

O peculiar é que o maior incremento não virá do Norte desenvolvido, tradicionalmente ligado à ânsia consumista, mas do Sul, dos países emergentes. Já atualmente a arranca da económica da China e a sua enorme população de 1400 milhões de cidadãos, dos quais 300 milhões passaram a ser classe média – isto é, consumidores mais ativos – graças às reformas de mercado, envolvem um imenso volume de compra e venda de produtos e uma, conseqüentemente, maior emissão de resíduos (200 milhões de toneladas anuais).

Quando se observam os números no seu contexto, chama-se a atenção para o facto de cada chinês gerar diariamente 1,99 quilos de lixo, número ainda "tímido" se se comparar com os 3,72 quilos *per capita* de Singapura, mas terrível se se considerarem os totais populacionais. Na Europa, os que se aproximam dos números da China são os suíços, com 1,98

quilos. Os islandeses, por seu turno, ultrapassam tudo isso com 4,45 quilos, mas pelo menos são somente 330 000 pessoas. Não parece, portanto, que o perigo venha dos *vikings*.

Da China e do seu meio é de onde precisamente se espera o maior aluvião de resíduos sólidos em meados do século. Os 468 milhões de toneladas de hoje serão 714 milhões nessa altura. Mas a mesma tendência irá ser seguida pela África subsariana e pelo sudeste asiático, que triplicarão os seus números. Nas mencionadas regiões do sul, um aumento populacional previsto e o crescimento da economia terão influência numa abrupta subida da emissão de resíduos.

Para saber quem produz determinados resíduos e de que tipo, um parêntesis: 32 % do lixo que os países ricos geram é orgânico (alimentos, por exemplo) e 51 % podem ser papel, plástico, vidro, metais, etc., enquanto que 53 % dos resíduos dos países que têm menores rendimentos é comida. Aí, os materiais que poderiam ser reciclados constituem apenas 20 % do total.

Ora, se hoje a gestão de todo esse lixo é uma verdadeira dor de cabeça para os municípios, que dedicam quase metade dos seus orçamentos ao tema, as perspectivas não são muito lisonjeiras. Por exemplo, na Europa e na América do Norte, onde se recolhem quase 100 % dos resíduos, hoje mesmo é motivo de grave preocupação que a China tenha deixado de importar o seu lixo plástico. Mas nos países emergentes, com economias mais frágeis, o problema é de plásticos e de tudo o resto, tendo em conta que o sistema de recolha e gestão posterior abarca somente 48 % dos resíduos urbanos, e apenas 26 % nas zonas rurais.

Resultado disso, o lixo acumula-se em sítios onde não deveria, o que implica uma verdadeira ameaça para a saúde e a vida das pessoas. Nos países pobres, 90 % dos resíduos acabam em lixeiras ao ar livre ou são incinerados de modo inadequado. Não são estranhos os episódios de [núcleos urbanos sepultados por montanhas de resíduos](#) depois da passagem de uma tempestade, ou o aparecimento de epidemias ou de doenças associadas à inalação dos gases provenientes da incineração.

Em Taiwan, foram claros já há algumas décadas em como atuar. Segundo a ["The Economist"](#), a ilha recicla 52 % dos materiais deitados fora pelos lares domésticos e pelos estabelecimentos comerciais, assim como 77 % dos resíduos industriais, muito à frente dos níveis de reciclagem dos EUA (26 % e 44 %), e movimenta valores de 2200 milhões de euros anuais por essa atividade.

Nos anos 90, Taiwan não podia lidar com o seu enorme volume de resíduos, pelo que o governo ergueu 24 instalações de incineração para enfrentar o problema dessa altura e criou um sistema pelo qual os fabricantes se tornavam responsáveis daí em diante pelos resíduos que os seus produtos gerassem: ou pagavam uma taxa, ou geriam diretamente o lixo resultante.

Hoje, os lares domésticos pagam uma taxa pelo seu lixo, sempre que não seja reciclável. Se há 20 anos havia 1,15 quilos *per capita*, agora são 850 gramas. E quem quiser desfazer-se do seu lixo de modo não ecológico arrisca-se a fortes multas.

A reportagem da publicação britânica descreve algumas das possibilidades da reciclagem em Taiwan: desde cadeiras confeccionadas a partir de garrafas e embalagens plásticas, latas de alumínio e solas de sapatos, até divisórias feitas de plástico misturado com cascas de milho, e chávenas de café que antes foram ecrãs de telemóvel.

Uma informação da Comissão Europeia avança, por seu turno, o exemplo da reutilização dos pneus na África do Sul. O normal era, quando deixavam de servir, queimá-los em qualquer sítio, sem reparar nos danos ambientais. Em 2013, antes de ser implementada a iniciativa REDISA (Recycling and Economic Development Initiative of South Africa), que recolhe e trata esses pneus, eram recolhidos somente 3 % deles. Mas já em 2015 passaram para 70 %.

A REDISA encarrega-se de triturar as borrachas até granuladas. Parte do granulado é empregue como combustível em fornos de cimento, e parte serve para misturar-se com asfalto e pavimentar ruas. Além disso, por cada 1000 toneladas métricas de pneus recolhidos, criam-se 10 postos de trabalho.

O texto do Banco Mundial enumera muitos outros projetos deste tipo nos países em desenvolvimento: um de aproveitamento de comida no México, onde a rede de bancos alimentares evita todos os anos que 120 000 toneladas acabem na lixeira, beneficiando 1,1 milhões de pessoas; outro de reciclagem de embalagens plásticas na Tunísia, onde se paga aos

que recolhem este tipo de resíduos, ou de embalagens de alumínio em Palau, onde 98 % do material que se devolve é reutilizado.

A reciclagem total seria a panaceia, mas não é possível. De momento, bastaria que os governos dos países menos desenvolvidos estabelecessem mecanismos para verificarem quanto lixo é gerado nos seus territórios e para onde vai parar. Ter os dados serviria para fazer uma ligação com as pessoas e entidades que se encontram vinculadas ao setor – usualmente muito fragmentado – e dar-lhe uma abordagem mais industrial, seja potenciando a reciclagem, seja ordenando a gestão dos resíduos irrecuperáveis, de modo que não acabem por ser um problema para as comunidades humanas nem para o meio ambiente.

L.L.

Ninguém pode ser obrigado a expressar aquilo em que não acredita

Os donos de uma pastelaria de Belfast que foram multados por não quererem fazer um bolo com a legenda "Apoia o casamento *gay*" acabaram por ganhar o seu apelo no Supremo Tribunal do Reino Unido. Por unanimidade, os juízes decidiram que os recorrentes não cometeram discriminação e que têm direito a não expressar mensagens contrárias às suas convicções.

Os esposos Amy e Daniel McArthur, que dirigem a pastelaria Ashers, em Belfast, oferecem bolos decorados com motivos e legendas escolhidas pelos clientes. Um dia, há quatro anos, Gareth Lee, que é homossexual, encomendou-lhes um com o lema "Apoia o casamento *gay*". Os donos do estabelecimento, alegando que a mensagem era contrária às suas convicções cristãs, recusaram, e Lee apresentou uma queixa por discriminação à Comissão de Igualdade do Ulster, que lhes impôs uma multa de 500 libras. Apresentaram um recurso perante os tribunais, e [perderam](#). ("Aceprensa", 31.10.2016). Agora, o Supremo Tribunal de Londres deu-lhes razão.

A [sentença](#) diz que os McArthur não incorreram em qualquer discriminação, porque não recusaram o encargo de Lee devido à sua condição de homossexual ou à sua posição favorável ao casamento *gay*, o que teria sido ilegítimo. "A sua objeção era contra a mensagem do bolo, não contra nenhuma característica pessoal do cliente". A verdade é que a mensagem não era inseparável da orientação sexual de Lee: pode ser defendida, e de facto isso acontece, por pessoas de outra orientação.

Em troca, a atuação dos McArthur é protegida pela liberdade de pensamento, consciência e religião, e pela liberdade de expressão. As duas, salientam os juizes, incluem o direito a não ser obrigado a expressar crenças em que não se acredite.

A sentença traz um *post scriptum* sobre as diferenças entre este caso e o do dono de uma confeitaria do Colorado que não quis fazer um bolo para um casamento *gay*, litígio que o Supremo Tribunal dos Estados Unidos [resolveu a favor do objetor](#) ("Aceprensa", 5.6.2018). Segundo os juizes britânicos, como o bolo do Colorado não ia ter nenhuma mensagem explícita, pode-se perguntar se a negativa era motivada pela condição pessoal dos clientes (dois homens homossexuais que queriam casar-se). Mas no caso Ashers, dizem, não há lugar a dúvidas: os McArthur teriam atuado da mesma forma com quem quer que lhes tivesse pedido um bolo semelhante.

O governo britânico interroga-se porque tantas crianças mudam de sexo

O número de menores que os médicos britânicos remetem a especialistas para que se submetam a troca de sexo registou uma forte subida nos últimos anos. A ministra da Mulher e da Igualdade, Penny Mordaunt, mandou fazer uma investigação.

O aumento de casos deu-se em ambos os sexos, mas no feminino é desproporcionado. Os menores do sexo masculino que começam um tratamento de transexualidade na Grã-Bretanha passaram de 57 em 2009-2010 para 713 em 2017-2018; as menores do sexo feminino, de 40 para 1806 no mesmo período: isto é, houve uma multiplicação por 45 em 8 anos.

Alguns menores iniciam a mudança de sexo em curta idade. No último ano, foram 800 os pré-adolescentes, de 10 anos ou pouco mais, que receberam fármacos para evitar o começo da puberdade. Houve mesmo 45 que começaram o processo com 6 anos ou menos, embora a estes não tenham sido administradas hormonas.

Entre os políticos, os médicos ou os pedagogos, há quem receie que se esteja a facilitar a mudança de sexo às crianças com demasiada ligeza, sem entender realmente a que respondem tais desejos nem saber que consequências terá. O departamento de Mordaunt justificou a investigação sobre o aumento de casos [alegando](#) que "se sabe pouco sobre as motivações e os efeitos a longo prazo".

O estudo oficial vai examinar se as redes sociais e o ensino sobre a transexualidade nas escolas podem estar a influir nas crianças de modo a elas perspetivarem a mudança de sexo.

Também irá verificar se é adequado dar tratamento hormonal a pré-adolescentes.

Sobre o primeiro aspeto, a especialista em educação [Joanna Williams defende](#) que as escolas estão a "semear confusão" nas mentes infantis. Com os seus programas sobre aceitação da transexualidade, "estão a incitar ainda as crianças mais pequenas a questionar-se se realmente são menino ou menina". De forma análoga se expressaram [outras vozes](#) (ver "Aceprensa", 21.7.2017).

Sobre a cautela com que convém enfrentar a transexualidade em menores do ponto de vista médico, pode-se ver "[El camino de la ciencia, mejor que la lucha ideológica](#)" ("Aceprensa", 3.2.2016).

L. L.

"Ética en los conflictos de la Modernidad"

"Ethics in the Conflicts of Modernity: An Essay on Desire, Practical Reasoning, and Narrative"

Autor: Alasdair MacIntyre
Rialp. Madrid (2017).
526 págs.

Muito menos neste livro recente, MacIntyre se afasta substancialmente das teses que tem vindo a defender desde a publicação de "After Virtue", em 1981. Em ambas as obras se privilegia o saber ético académico, inevitavelmente abstrato, um modo de se comportar participativo segundo práticas comunitárias com regras, a partir do qual interpreta o ideal aristotélico da vida boa. Em contraste, o autor classifica de "expressivista" a tendência dominante na Modernidade, baseada num paradigma genérico e descontextualizado e aplicável na terceira pessoa, sob o qual se incluem rubricas entre si tão controversas como o utilitarismo, o contratualismo e o deontologismo.

Enquanto na primeira tendência é dada primazia aos bens que agrupam os homens e os objetivos humanos que os tornam acessíveis, na segunda é dado um carácter substantivo aos factos psíquicos como o desejo e a sua satisfação em termos de bem-estar quantificável. A pergunta que isso lhe suscita é se não há conflitos reais que se ocultam debaixo do manto do ideal do crescimento do PIB.

Mas não é tanto a controvérsia anterior em abstrato o que ocupa MacIntyre, mas a forma como se coloca nas socie-

dades atuais. Nelas existem, por um lado, instituições estatais burocratizadas e um mercado autorregulado, sustentados na figura irreal do indivíduo desvinculado e quantificável; por outro, uma *civitas* unitária na qual as comunidades inferiores (a família, a escola, a empresa) interagem e motivam eticamente os agentes como personalidades não fragmentadas. Ou seja, ou as centrais anónimas e compartimentadas na busca de benefícios, ou os grupos cooperativos dentro de si mesmos e entre si, nos quais se empregam as motivações adequadas aos seus membros.

Entender a felicidade partindo de bens-objetivos, e não como maximização das preferências do *homo oeconomicus*, traduz-se em que a vida moral adota um curso narrativo, no qual coexistem os sucessos e os fracassos com os quais se aprende; além disso, neste ponto de vista, o bem próprio e o alheio entrecruzam-se nos bens comuns.

De Aristóteles e Tomás de Aquino retira o autor a linguagem direta, onde se operacionalizam as razões de atuação – longe de constituírem premissas gerais metaéticas, como nos raciocínios de cariz teórico. Na minha opinião, um dos acertos de MacIntyre é delinear a diferença entre a posição aristotélica e a alternativa liberal (que exemplifica, entre outros, em Bernard Williams, Isaiah Berlin e Stuart Hampshire): para Aristóteles a conclusão da deliberação está na ação, enquanto a conceção rival abre um *hiatus* entre os bens ao alcance e a escolha de um deles, que se deixa ao arbítrio do agente que não possui critérios. “O que importa para a vida boa não é tanto que escolha se faça, mas o modo como é feita, a natureza e a qualidade das deliberações que dão lugar às escolhas”, explica.

U. F.

